



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 39/2025 DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Audiência Pública sobre a Lei Orçamentária Anual/2026 e o Plano Plurianual/2026-2029

Aos 4 dias de dezembro de 2025, às 14h45min, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Ubá, presentes os vereadores Aline Moreira Silva Melo e José Roberto Reis Filgueiras, respectivamente, Vice-presidente e Membro, para receber os Secretários Municipais e os técnicos da Prefeitura para Audiência Pública sobre a Lei Orçamentária Anual/2026 e o Plano Plurianual/2026-2029, Projetos de Lei nº 85/2025 e 86/2025.

- Projeto de Lei nº 85/2025: Estima receita e fixa despesa do Município de Ubá para o exercício financeiro de 2026. (LOA) (SUBSTITUTIVO);
- Projeto de Lei nº 86/2025: Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA do Município de Ubá para o quadriênio 2026-2029. (SUBSTITUTIVO).

Também estiveram presentes e compuseram a mesa da sessão os vereadores André Eustáquio Alves, Breno Reis de Oliveira, Renato Vieira, Antônio Domingos Ximendes Trindade, Gilson Fazolla Filgueiras, José Maria Fernandes e Marilda Aparecida Leôncio, os Secretários Municipais de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Geraldo Alves, de Saúde, Paulo Vitor da Costa, de Cultura, Alessandra Labanca Garcia, de Obras, Edeir Pacheco da Costa, o servidor da Secretaria de Obras, Saulo Marques, representando a Secretaria de Educação e Gerente de Planejamento, Gustavo de Melo, o Controlador Geral e Auditor Fiscal do Município, Marcelo Corrêa Paiva, e o Gerente de Divisão de Gestão Orçamentária, Pedro Waquin.

A vereadora Aline presidiu a reunião e fez a leitura das justificativas de ausência do Secretário de Finanças, Rodrigo da Silva Ferreira, e da Secretária de Educação, Adriana Lucarelli Lavorato Souza. Em seguida, solicitou ao Gerente de Divisão de Gestão Orçamentária que iniciasse suas considerações iniciais sobre a elaboração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

A apresentação inicial foi realizada pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável que explicou que a partir do Plano de Governo da atual administração, se reuniram com todas as secretarias para considerar as demandas da secretaria e da população. Outro ponto comentado foi sobre comparar “o comportamento da receita de Ubá, nos últimos anos”, que lhes permitiu informações para reprogramar a estimativa da receita, considerando os mínimos constitucionais. Disse que a pasta da Saúde teve sua receita aumentada, em relação a este ano.

Em seguida, Pedro comentou que o PPA determina o método de elaboração e como irá funcionar os Planos de Governo nos próximos anos e fez a leitura do material que produziu (em anexo). Apontou como prioridades: Investimento no Capital Humano e Social; Cidade Segura e com Infraestrutura Moderna; Foco no Crescimento Sustentável e Gestão Moderna e; Mecanismos de Eficiência e Governança.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O vereador André comentou que ocorreu recente uma modificação nas peças orçamentárias em discussão e gostaria que a explicasse. Pedro disse que a redação do PPA foi feita no sistema antigo, HLH, e foi necessário migrar os dados para o sistema da GOV, então, a modificação foi para adequar os números de identificação de cada dotação, de cada ação orçamentária e tornar viável a execução do orçamento no ano seguinte.

O vereador comentou sobre o empréstimo pretendido pelo Executivo. Pedro explicou que o município de Ubá, na análise da capacidade de pagamento (CAPAG) que apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos, está apto a adquirir empréstimo e investir em políticas públicas. Explicou que o município o fará de forma única e a Caixa Econômica Federal liberará pontualmente, conforme for solicitado.

Antônio complementou, sobre as alterações no PPA e LOA, que também ocorreram alterações por causa do projeto de lei que tramita na Câmara extinguindo a Secretaria de Governo e criando a Secretaria de Esportes, da troca do Procon de pasta, pertencerá a Procuradoria, e da realocação de algumas gerências.

O vereador contou que, numa reunião do Conselho de Segurança Pública, o Secretário e Vice-prefeito disse que a Secretaria não está recebendo recurso, então, gostaria de saber, uma vez que a Segurança Pública consta como prioridade e a cidade está violenta, o que foi planejado, principalmente, sobre a Guarda Civil Municipal, que está deficitária de agentes. Pedro respondeu que a secretaria foi criada no meio do ano e isso dificultou a execução dos programas, pois o exercício já estava em andamento, mas acredita que no ano que vem haverá mais facilidade de gestão. Quanto a diminuição de guardas, disse que novos servidores podem ser convocados a tomar posse, pois, existe a previsão orçamentária.

O vereador Gilson comentou que a projeto de lei que trata das subvenções chegou, recentemente, à Câmara e observou alguns remanejamentos, então, gostaria de registrar que, como relatado nessa Audiência Pública, os secretários participaram das decisões. Antônio disse que a avaliação de inclusão ou exclusão das entidades teve a participação de algumas secretarias e Gabinete do Prefeito, considerando o limite financeiro, enquanto a função da Secretaria de Planejamento é materializar o que lhes é repassado.

O vereador Breno questionou se existe a participação popular na construção do PPA. Pedro disse que o PPA foi estruturado considerando as demandas da população, mas pode ser reestruturado posteriormente, atendendo a imprevisibilidade ou repriorizando a política do governo. O vereador comentou sobre prever situações para minimizar os problemas que envolve a Defesa Civil. Pedro disse que a reserva de contingência está em torno de 20 milhões, visando atender as previsibilidades que possam ocorrer.

Sobre o questionamento do vereador de envolver o Legislativo na elaboração do PPA, como representantes da população, Antônio respondeu que seria possível encaminhar à Câmara o início da construção do orçamento para que os vereadores apresentem suas propostas, que serão estudadas e, se possível, incorporadas ao projeto.

Sobre a Defesa Civil, assunto abordado anteriormente, Antônio disse que foi aprovado no CODEMA um aporte de mais de R\$ 80 mil para formar a equipe do setor e a Secretaria de



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Planejamento auxiliou na elaboração de um projeto e a se inscrever na plataforma Sementes, visando a destinação de verba do Ministério Público.

A vereadora Marilda contou que foi procurada pelo dirigente da Associação Solano Trindade, orientado pela Secretaria de Desenvolvimento Social a procurar um vereador, pois o valor de repasse da subvenção diminuiu, e questionou sobre o responsável do Executivo por definir os valores das subvenções às entidades. Antônio respondeu que com a alteração de alguns secretários, na readequação da equipe, “pode ter passado despercebido”, mas é um projeto passível de erro, que pode ser aprimorado, principalmente, por se tratar de entidades que presta serviços relevantes à sociedade.

A presidente em exercício da comissão comentou que seria interessante quantificar e definir onde serão feitas as infraestruturas urbanas e justificar o motivo da escolha, por exemplo, ruas com pessoas com mobilidade reduzida. E também, sobre exames laboratoriais, que previsse no projeto um meio de diminuir a demanda reprimida. Pedro respondeu que as especificações estão nos planos municipais.

O vereador Gilson questionou se consta no PPA a obra do espaço de acolhimento a mulheres vítimas de violência e, também, qual seria o valor na parceria com as escolas, referente às Caixas Escolares, que não foi discriminado no projeto. Pedro explicou que não é necessário acrescentar as Caixas Escolares na Lei de Subvenções (nomenclatura alterada para Lei de Parcerias), que são para entidades privadas de natureza pública (entidades do terceiro setor). Disse que as Caixas Escolares, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros foram contempladas na LOA. O representante da Secretaria de Educação esclareceu que os recursos enviados à Caixa Escolar, no custo de R\$ 50 reais, são de acordo com o número de alunos de cada escola, com base no censo do ano anterior, e essas informações estão disponíveis na secretaria.

Pedro continuou as apresentações mostrando o material sobre a LOA (em anexo), cujo Orçamento Total é de R\$ 633.739.200,00 (seiscentos e trinta e três milhões, setecentos e trinta e nove mil e duzentos reais) para 2026. Em um dos tópicos tratou da composição da Receita Orçamentária e, no gráfico, nota-se que 72,83% é de Transferências Correntes. Quanto a aplicação dos recursos, o gasto de 39,1% é na função de governo Saúde e 23,6% na Educação. Comentou sobre a autorização do limite de adicional de suplementação ser de 30% do orçamento.

O vereador Breno questionou se existe alguma metodologia para que a previsão de arrecadação se cumpra. Pedro respondeu que existem diversos métodos e eles são aplicados especificamente para cada receita, por exemplo, o Georreferenciamento é utilizado para aumentar a arrecadação do IPTU. Antônio complementou dizendo que algumas receitas não são passíveis de intervenção, como as transferências de governo, que são condicionadas a algum critério. Criticou o subfinanciamento dos programas federais.

O vereador questionou especificamente sobre o aumento na arrecadação dos impostos municipais – ISSQN, IPTU e ITBI. Antônio respondeu que o Comitê de Implantação do Novo Código Tributário, formado por representantes da Procuradoria, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Finanças, está estudando a respeito.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O vereador André solicitou informações sobre quais investimentos a Prefeitura fará com o recurso livre do orçamento, sobre as licitações que decorrerem dessa demanda e quais territórios serão beneficiados.

O vereador pediu explicações do Secretário de Planejamento sobre a diferente postura, em relação a Secretaria de Desenvolvimento Social, quando da elaboração da LOA, que, de acordo com uma ata do Conselho, de 28/10/2025, não participaram, efetivamente, do que foi incluído na peça orçamentária. Na ata, segundo leitura do vereador, Taísa explicou que a gestão decidiu alterar a forma de elaboração da peça orçamentária, retirando o poder da secretaria, porque “frequentemente resultava em despesas superiores das receitas. Agora toda elaboração está sendo feita pela Divisão de Gestão Orçamentária. Taísa informou que o gerente de Divisão de Gestão Orçamentária, Pedro, solicitou algumas informações a ela e que já as encaminhou. Acrescentou que Pedro terá uma reunião com o Prefeito e com o Secretário de Planejamento e, caso eles confirmarem que a LOA está pronta e não precisa de ajustes.” Completou dizendo que os vereadores não estão obtendo resposta das dúvidas sobre assuntos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Antônio disse que desconhece a ata que foi lida e que foi oportunizada a participação, no orçamento, de todas as secretarias e as interessadas participaram. Pedro complementou que a participação dos secretários é no acompanhamento da execução do orçamento previamente elaborado, mas a materialização dos dados é sua função, então, não está incorreto o que a ata trouxe de informação.

O vereador André pediu a Antônio que analisasse o pedido dos vereadores sobre considerar o percentual de 1,9% do orçamento destinado às emendas impositivas, pois os 30% solicitado pelo Prefeito será aprovado pela maioria. O Secretário de Planejamento disse que a solicitação é pertinente e informará o Prefeito a reivindicação.

O vereador Gilson questionou o Secretário de Obras se está nos planos do governo instalar uma Usina de Asfalto na cidade de Ubá, devido à grande demanda. Edeir respondeu que está na pauta de estudo.

Houve uma discussão sobre emenda impositiva e licitação de calçamento, provocada pelo vereador Gilson.

A palavra foi cedida ao público e o Coordenador Geral da Associação Maria do Carmo, Genito Pires do Amaral, questionou por que a associação não foi contemplada na LOA/2026 e quais os critérios para a concessão de subvenção social às entidades. Questionou, também, por que as emendas de deputado demoram a chegar na entidade, mesmo que a burocracia entre o Estado e Prefeitura tenha sido superada. Pedro, na ausência de Antônio, respondeu que existe o pedido de inclusão da entidade como beneficiária em 2026 e, sobre o valor, disse que na definição consideram a capacidade quantitativa que consegue cumprir.

Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião às 17h35min.

Vereadora Aline Moreira Silva Melo
Vice-Presidente

Vereador José Roberto Reis Filgueiras
Membro



Plano Plurianual (PPA) 2026-2029

Audiência Pública

Pedro Augusto Waquim

Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária

Ubá/MG, 04 de dezembro de 2025.

PPA: O Instrumento de Planejamento Estratégico

Definição

Lei que estabelece as **diretrizes, objetivos e metas** de médio prazo da administração municipal.

Período de Vigência

Quadriênio **2026-2029**.

Base Legal

Cumprimento do Art. 165, § 1º, da **Constituição Federal** e Lei Orgânica Municipal.

Propósito

Orientar a elaboração das **Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e Leis Orçamentárias Anuais (LOA) subsequentes.

Foco Estratégico

Planejamento realista, **eficiência na aplicação de recursos** e promoção do desenvolvimento sustentável e justiça social.

Compromisso com o Futuro de Ubá

Visão e Valores Fundamentais

O PPA expressa a **Visão de Futuro** desejada para a sociedade ao final do quadriênio, orientando o planejamento governamental. É pautado por um conjunto de **Valores** que orientam as decisões e condutas dos agentes públicos.

Estrutura: Programas e Ações

O PPA organiza a atuação governamental em dois tipos de programas:

Programas Finalísticos: Conjunto de ações voltadas à solução de problemas públicos e à entrega de bens/serviços diretamente à sociedade.

Programas de Gestão: Ações de suporte administrativo, operacional e logístico para a manutenção da máquina estatal.

Componentes Chave de Monitoramento

Cada programa possui: **Objetivos** (finalidade precípua), **Indicadores** (instrumento de mensuração) e **Metas** (valor quantitativo/qualitativo a ser atingido).

As 6 Diretrizes que Nortearão a Gestão

1. Participação Social Efetiva

Envolvimento da sociedade civil na formulação, execução e avaliação (audiências e consultas públicas).

2. Integração de Políticas Públicas

Articulação entre planos municipais, estaduais e nacionais para potencializar resultados.

3. Regionalização e Redução de Desigualdades

Foco na integração de ações e transparência dos resultados sociais e territoriais.

4. Alinhamento Planejamento-Orçamento

Garantia de viabilidade das ações com estimativas de recursos compatíveis com a realidade fiscal.

5. Promoção da Sustentabilidade

Equilíbrio entre desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

6. Monitoramento e Avaliação Contínua

Mecanismos para ajustes necessários e efetividade das ações governamentais.

Investimento no Capital Humano e Social

Prioridade I: Saúde Pública

Promoção da excelência na saúde pública.

Atendimento humanizado e acesso universal.

Valorização dos profissionais de saúde.

Prioridade II: Educação de Qualidade

Garantia de educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

Valorização dos profissionais da educação.

Ampliação da oferta na educação infantil e fundamental.

Cidade Segura e com Infraestrutura Moderna

Prioridade III: Segurança Pública e Social

Fortalecimento da segurança pública.

Desenvolvimento social integrado.

Políticas de prevenção, assistência e inclusão.

Prioridade IV: Infraestrutura Urbana

Priorização de pavimentação.

Revitalização de espaços públicos.

Melhoria da mobilidade urbana.

Investimentos em saneamento básico.

Foco no Crescimento Sustentável e Gestão Moderna

Prioridade V: Desenvolvimento Econômico

Fomento ao empreendedorismo, desburocratização e geração de emprego e renda sustentável.

Prioridade VI: Proteção Social

Atenção à mulher, idoso, criança, adolescente e juventude, promovendo inclusão e garantia de direitos.

Prioridade VII: Sustentabilidade Ambiental

Ações de preservação, recuperação de áreas verdes, educação ambiental e incentivo à produção sustentável.

Prioridade VIII: Modernização da Gestão Pública

Digitalização de serviços, inovação tecnológica, transparência e participação social efetiva.

Mecanismos de Eficiência e Governança



Central de Compras Unificada

Racionalização e eficiência nos processos de aquisição de bens e serviços para toda a administração municipal.



CCOF (Centro de Controle Operacional Financeiro)

Monitoramento integrado da execução orçamentária, financeira e patrimonial.



Busca de Recursos Externos

Intensificação da captação de financiamentos, convênios e parcerias para novos investimentos.



Digitalização e Integração de Sistemas

Modernização dos processos internos, aumento da transparência e melhoria do atendimento ao cidadão.



REDEPLAN (Rede de Planejamento)

Fortalecimento da integração de políticas públicas e otimização da execução orçamentária entre secretarias.

Garantia de Execução e Prestação de Contas

Governança e Gestão

Observância dos princípios de publicidade, eficiência e eficácia.

Garantia de acesso equitativo e inclusivo às políticas públicas.

Competência do Executivo para normas complementares.

Monitoramento e Avaliação

Monitoramento contínuo da execução física e financeira.

Avaliação anual de impacto, eficiência e efetividade.

Coordenação da Controladoria-Geral e apoio técnico da Gerência de Gestão Orçamentária.

Transparência e Revisão

Publicação de relatórios no Portal da Transparência.

Revisões e ajustes anuais via Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Alterações via Projeto de Lei do Poder Executivo.

PPA 2026-2029: Um Plano para o Futuro de Ubá

Síntese

O Plano Plurianual 2026-2029 é o alicerce para um futuro mais justo, sustentável e desenvolvido para Ubá, alinhando o planejamento estratégico com a realidade fiscal.

Solicitamos a apreciação e deliberação desta Egrégia Câmara Municipal.

Próximos Passos

Após a aprovação, o PPA orientará a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) subsequentes.



Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026

Audiência Pública

Pedro Augusto Waquim

Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária

Ubá/MG, 04 de dezembro de 2025.

O que é a LOA 2026?

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município

- **Base Legal:** Constituição Federal, Lei nº 4.320/1964 e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- **Princípio do Equilíbrio:** A proposta orçamentária para 2026 estima a receita e fixa a despesa em igual valor.
- **Abrangência:** Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, incluindo todos os Poderes, Fundos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Orçamento Total Proposto para 2026

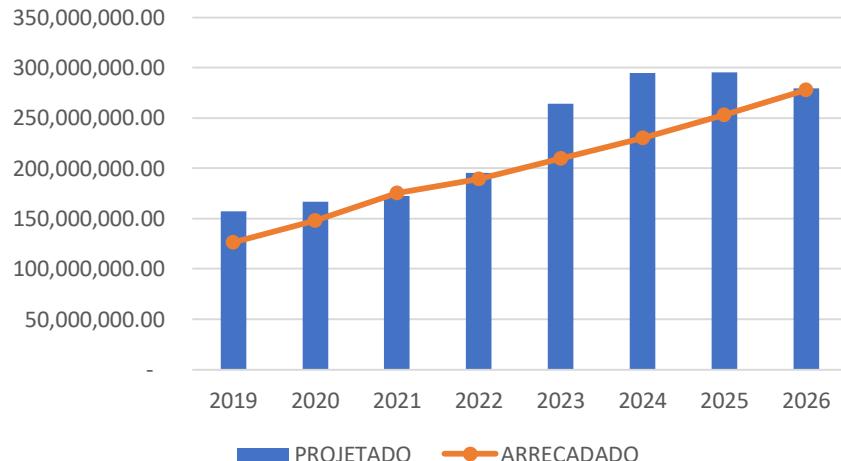
Valor Global e Equilíbrio Fiscal

Descrição	Valor Estimado
Receita Total	R\$ 633.739.200,00
Despesa Total	R\$ 633.739.200,00

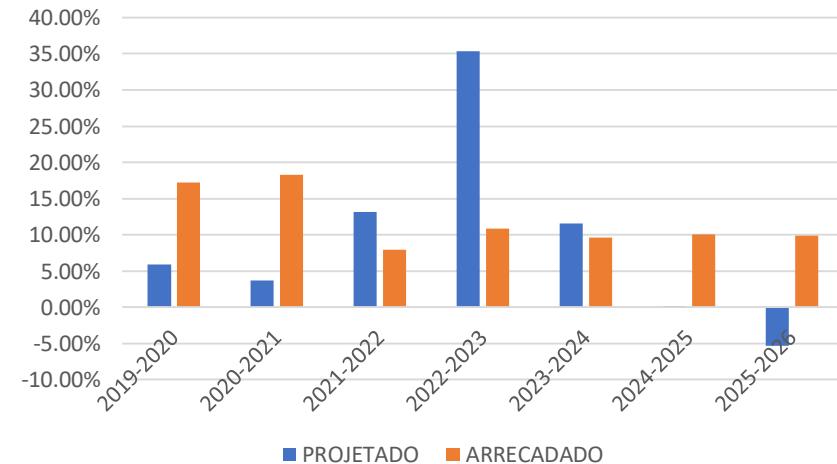
- **Equilíbrio:** Receita e Despesa fixadas em igual valor, conforme exigência legal.
- **Fonte:** Art. 1º do Projeto de Lei e Sumário Geral da Receita e Despesa (Anexo 01).

Avaliação da Fonte 1500 (Recurso Ordinário/Próprio)

Comparativo – Projetado/Arrecadado



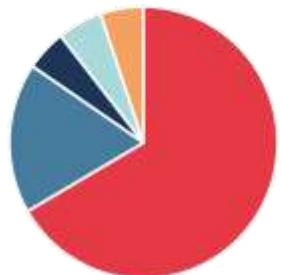
Avaliação Horizontal



De Onde Virão os Recursos?

Composição da Receita Total (R\$ 633,7 Milhões)

Distribuição da Receita (%)



- Transferências Correntes
- Impostos, Taxas e Contribuições
- Receitas Correntes Intraorçamentárias
- Receitas de Capital
- Outras Receitas Correntes

Categoria de Receita	Valor (R\$)	% do Total
Transferências Correntes	461.605.000,00	72.83%
Impostos, Taxas e Contribuições	113.444.000,00	17.9%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	30.927.000,00	4.9%
Receitas de Capital	34.393.000,00	5.4%
Outras Receitas Correntes	2.127.000,00	0.33%

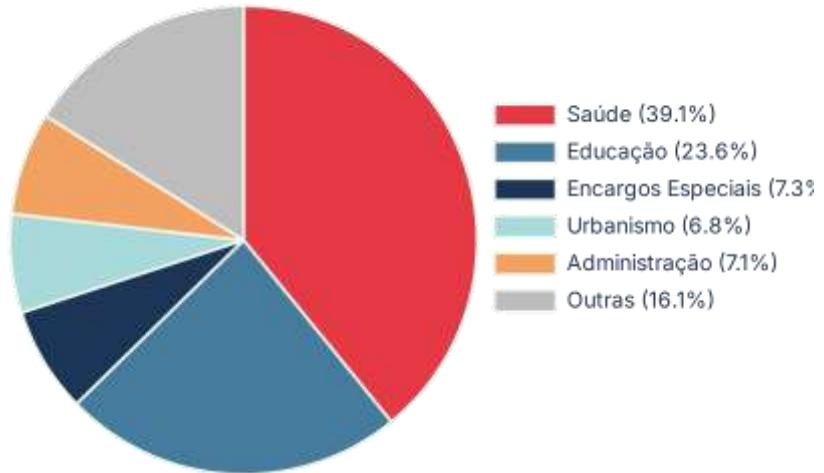
* Destaque: A maior parte do orçamento (cerca de 2/3) é proveniente de **Transferências Correntes** (FPM, ICMS, FUNDEB, SUS, etc.).

Para Onde Vão os Recursos?

Alocação por Funções de Governo - Maiores Destinações

Função de Governo	Valor (R\$)	% do Total
Saúde	248.044.000,00	39,1%
Educação	149.567.000,00	23,6%
Encargos Especiais	46.581.000,00	7,3%
Urbanismo	43.383.000,00	6,8%
Administração	45.048.700,00	7,1%

Distribuição da Despesa por Função



Compromisso Social: Mais de 60% do orçamento total é destinado às áreas essenciais de Saúde e Educação, cumprindo e superando os limites constitucionais.

Investimento e Manutenção

Alocação por Funções de Governo - Detalhamento

Função de Governo	Valor (R\$)
Assistência Social	16.891.000,00
Legislativa (Câmara)	16.200.000,00
Previdência Social	7.587.000,00
Gestão Ambiental	4.764.000,00
Cultura	5.427.000,00
Segurança Pública	5.183.000,00
Transporte	1.397.000,00
Total Geral	**633.739.200,00**

Investimentos: A LOA prevê R\$ 68.995.000,00 em Investimentos (Despesas de Capital), essenciais para o desenvolvimento da infraestrutura municipal.

Cenário e Desafios

Incertezas na Arrecadação e Flexibilidade

- ▶ **Nova Legislação Tributária:** O próximo exercício apresenta incertezas relevantes quanto ao comportamento da arrecadação.
- ▶ **Impacto:** Reestruturação de bases de cálculo e alíquotas de tributos federais e municipais.
- ▶ **Necessidade:** Exigência de constantes adequações nas dotações de despesa para compatibilizar o planejamento com a efetiva disponibilidade de recursos.

Pedido de Autorização

Créditos Adicionais Suplementares

O Poder Executivo solicita autorização para abrir créditos adicionais suplementares no limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento.

Justificativa:

- ▶ **Flexibilidade Administrativa:** Ajustar a alocação de recursos conforme a arrecadação se consolide ao longo do exercício.
- ▶ **Continuidade:** Evitar a paralisação de programas e políticas públicas essenciais diante de frustrações ou excessos de receita.

Importante: A autorização não significa aumento de despesa, mas sim a possibilidade de realocar recursos dentro do orçamento já aprovado.

Transparéncia e Detalhamento

A LOA em Detalhes - Anexos Integrantes da Lei

Anexo 01: Sumário Geral da Receita e Despesa.

Anexo 03: Demonstrativo da Receita segundo sua natureza.

Anexo 05: Demonstrativo da Despesa por Unidades Orçamentárias.

Anexo 07: Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções.

Anexo 09: Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD.

Anexo 02: Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.

Anexo 04: Demonstrativo da Despesa segundo sua natureza.

Anexo 06: Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os recursos.

Anexo 08: Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Todos os anexos estão disponíveis para consulta e análise detalhada pelos Edis.

Conclusão

Considerações Finais e Próximos Passos

- **Compromisso:** A LOA 2026 reflete o compromisso do Executivo com o equilíbrio fiscal e a priorização das áreas sociais.
- **Busca por Segurança:** O percentual de suplementação solicitado visa garantir a segurança e a continuidade na execução orçamentária frente às incertezas tributárias.
- **Diálogo:** Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Obrigado!